

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Procuradoria-Geral de Justiça**

Secretaria da Comissão de Concurso

XLVI Concurso para ingresso na carreira do Ministério Público

2 de abril de 2006

PROVA ESCRITA – 1ª ETAPA

DURAÇÃO: 4 HORAS

VALOR: 70 PONTOS

INSTRUÇÕES GERAIS

Senhor(a) Candidato(a)

-Esta prova compõe-se de 70 questões:

- . 10 (dez) questões de Direito Constitucional;
- . 10 (dez) questões de Direito Administrativo e Tributário;
- . 10 (dez) questões de Direito Penal e Criminologia;
- . 10 (dez) questões de Direito Processual Penal;
- . 10 (dez) questões de Direito Civil;
- . 10 (dez) questões de Direito Processual Civil;
- . 10 (dez) questões de Legislação Especial.

- Marque apenas UMA opção por questão.
- Não deixe nenhuma questão em branco.
- Preencha o gabarito depois de resolvida a prova.
- Ao preencher o gabarito utilize somente caneta esferográfica azul ou preta.
- No gabarito, preencha TOTALMENTE o espaço relativo à opção feita.
- ASSINE o gabarito no local apropriado.
- O caderno de questões deverá ser DEVOLVIDO, salvo o gabarito rascunho que poderá ser destacado para anotações.

BOA SORTE!

**BANCA EXAMINADORA DO XLVI CONCURSO PARA INGRESSO NA
CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

(Eleita na 1ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público,
em 23.02.2006)

DIREITO CONSTITUCIONAL

Titular: João Cancio de Mello Junior

Suplente: Marcelo de Oliveira Milagres

DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

Titular: Márcio Heli de Andrade

Suplente: Marco Paulo Cardoso Starling

DIREITO PENAL

Titular: Carlos Augusto Canedo Gonçalves da Silva

Suplente: Marcelo Cunha de Araújo

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Titular: Carlos Henrique Fleming Ceccon

Suplente: Denilson Feitoza Pacheco

DIREITO CIVIL

Titular: Salomão de Araújo Cateb

Suplente: José Ricardo Chaves

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Titular: Gisela Potério Santos Saldanha

Suplente: Fernando Rodrigues Martins

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Titular: Nedens Ulisses Freire Vieira

Suplente: Shirley Fenzi Bertão

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Acerca do método denominado “interpretação conforme à constituição”, é **INCORRETO** afirmar que

- a) o Supremo Tribunal Federal repudia essa modalidade, assim como os intérpretes da constituição, porque não é juridicamente possível qualquer redução de texto da norma impugnada quando se trata de controle de constitucionalidade.
- b) a modalidade de redução de texto é admissível, quando for possível em virtude da redação do texto impugnado, declarar o vício de inconstitucionalidade apenas de determinada expressão.
- c) a modalidade sem a redução de texto, confere à norma impugnada uma determinada interpretação que lhe preserve a constitucionalidade, não sendo possível suprimir qualquer expressão para alcançar aquela consequência.
- d) quando se exclui da norma confrontada interpretação que lhe acarrete a inconstitucionalidade, o intérprete excluirá da norma impugnada interpretação antagônica com a constituição. Será reduzido o alcance valorativo da norma, adequando-a ao texto constitucional.
- e) é plenamente aceita e utilizada pelos intérpretes da constituição, no sentido de dar ao texto normativo impugnado compatibilidade com a Constituição da República, mesmo se necessário for a redução do seu alcance.

2. No tocante à denominada “cláusula de reserva de plenário” é **CORRETO** afirmar que

- a) diz respeito ao controle concentrado de constitucionalidade, sendo reconhecida, quando pela maioria absoluta dos desembargadores do Órgão Especial do respectivo Tribunal de Justiça, é declarada a inconstitucionalidade de uma norma.
- b) significa o quórum especial previsto no Regimento Interno do Tribunal, quando do reconhecimento da inconstitucionalidade *in abstracto*.
- c) é incompatível com a modalidade de controle de constitucionalidade *incidenter tantum*.
- d) é compatível com a modalidade de declaração incidental de inconstitucionalidade.
- e) significa que tanto poderá ser reconhecida a inconstitucionalidade pelo Órgão Especial quanto pela maioria dos desembargadores componentes das Câmaras ou Grupos de Câmaras.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

3. O prefeito do Município de Ervália propôs uma ação direta de inconstitucionalidade contra o texto de uma lei local versando sobre a reestruturação de cargos públicos e a criação de órgão na estrutura da Administração Pública. Alegou vício de iniciativa, pois o projeto legislativo originou-se no âmbito da Câmara Municipal. Na defesa ao texto impugnado, o presidente da Câmara de Vereadores sustenta que o prefeito anterior houvera sancionado o projeto nos termos do art. 70, § 2º da Constituição Estadual (na redação originária: “[...]a sanção expressa ou tácita *supra* a iniciativa do Poder Executivo no processo legislativo”). Sobre a assertiva é **CORRETO** afirmar que

- a) o vício de iniciativa está convalidado porque aprovado pela maioria absoluta da Câmara Municipal.
- b) o vício de iniciativa está convalidado visto que sancionado pelo ex-prefeito municipal, e nos termos daquela norma *supra* referida da Constituição Estadual, estando sanado qualquer vício de iniciativa.
- c) o vício de iniciativa não é suprido pela sanção, uma vez que tal vício macula o devido processo legislativo.
- d) a lei impugnada, uma vez tendo sido sancionada e publicada, obedeceu ao devido processo legislativo, estando perfeita e acabada.
- e) o vício de iniciativa não existe uma vez que haja rejeição do veto pela maioria dos membros do legislativo municipal.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

4. O prefeito municipal de Divinópolis propôs uma ação direta de inconstitucionalidade visando impugnar texto de uma lei municipal de autoria do legislativo, dispondo sobre o transporte de moto-táxi no território do Município. Ao fundamentar a petição inicial deixou de mencionar qual a norma constitucional estadual violada. Entendeu irrelevante a supressão, ao entendimento de que a norma contrariada está expressamente mencionada na parte da competência privativa do Chefe do Executivo na Constituição da República, razão pela qual preferiu apontar a norma federal paradigma em razão do princípio da simetria. Acerca da questão proposta é **CORRETO** afirmar que

- a) em se tratando de controle de constitucionalidade, cuja norma sindicada seja norma municipal ou estadual, o Tribunal de Justiça possui competência para confrontar o texto impugnado com a Constituição da República.
- b) o Tribunal de Justiça extinguirá o processo sem julgamento do mérito ante a ausência de indicação clara do dispositivo constitucional estadual violado.
- c) havendo norma paradigma federal com aquela de repetição obrigatória, é dispensável a menção da norma constitucional estadual.
- d) sendo a norma da Constituição Estadual espelhada em norma da Constituição da República, o pedido pode ser perfeitamente conhecido.
- e) o Tribunal de Justiça determinará, mediante despacho do relator do feito, que se emende a inicial, *ad referendum* do Órgão Especial, quando da apreciação da medida liminar e aponte a norma constitucional estadual violada.

5. Quanto ao processo constitucional de formação das leis, é **INCORRETO** afirmar que

- a) a sanção é poder de natureza legislativa atribuído ao Chefe do Executivo pelo qual este manifesta sua aquiescência aos projetos de lei adotados pelo Legislativo.
- b) a sanção, embora ato privativo do Chefe do Executivo, submete-se ao controle jurisdicional.
- c) o veto, instrumento de controle da legislação do ponto de vista de constitucionalidade e também de interesses, é legislativo, relativo ou suspensivo, podendo ser total ou parcial.
- d) o Chefe do Executivo, depois de proceder a devolução de projeto vetado ao Legislativo, não pode retratar-se do veto.
- e) o referendo visa a obter do povo pronunciamento de ratificação ou de rejeição de um projeto de lei aprovado pelo Legislativo.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

6. Assinale a opção **CORRETA**:

- a) a arguição de inconstitucionalidade, por via de exceção, necessita haver sido ventilada no juízo de primeiro grau, para ser apreciada pela instância recursal.
- b) é admissível ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal, violadora de dispositivo constitucional estadual que reproduz norma da Constituição da República.
- c) atos estatais de efeitos concretos, veiculados em texto de lei formal, submetem-se à jurisdição constitucional concentrada.
- d) leis pré-constitucionais submetem-se, vigente uma nova Constituição, à tutela jurisdicional de constitucionalidade abstrata.
- e) a medida cautelar, em ação direta de inconstitucionalidade, reveste-se, ordinariamente, de eficácia contra todos e retroativa.

7. A sociedade empresarial Ajax Ltda., inscrita no cadastro de contribuintes do Estado, propôs uma ação de mandado de segurança em face do Sr. Secretário de Estado da Fazenda e alegou que é titular de direito de crédito resultante da aquisição de um precatório de terceiro. Portanto, sustenta que lhe é assegurada a compensação do seu crédito com débito proveniente do não recolhimento do ICMS, produzindo a liberação da sua dívida tributária. Sobre a assertiva é **CORRETO** afirmar que

- a) o encontro de contas produzindo a liberação do débito do ICMS e encargos tributários, é seu direito líquido e certo.
- b) em razão da obrigatoriedade da compensação tributária, a Fazenda Pública Estadual não pode impor qualquer limitação tributária ou administrativa como, por exemplo, a impressão de documentos fiscais para o exercício do comércio.
- c) a compensação tributária insere-se no âmbito das modalidades especiais de extinção do crédito tributário, encontrando-se prevista no art. 170 do Código Tributário Nacional e, por haver esta previsão legal, não pode ser obstada pela Fazenda.
- d) a Fazenda Pública pode recusar a compensação tributária por ausência dos requisitos legais objetivos aplicáveis à espécie.
- e) o crédito decorrente da aquisição de precatório, à semelhança dos Títulos da Dívida Pública, não pode ser recusado para quitação de tributos.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

8. Quanto às garantias, vedações e atribuições constitucionais dos membros do Ministério Público, é **CORRETO** afirmar que

- a) é vedado exercer qualquer outra função pública, salvo uma de magistério, observado quanto à cumulação de rendimentos, o limite de que cuida o art. 37, XI, da Constituição da República.
- b) é permitida a filiação partidária e a candidatura para mandatos eletivos, desde que respeitados os prazos de desincompatibilização do exercício funcional.
- c) é crime de responsabilidade, nos termos da lei complementar, ato do Presidente da República que atente contra as garantias constitucionais dos membros do Ministério Público.
- d) é facultado optar pelo regime anterior à Constituição da República de 1988, o membro admitido antes de sua promulgação, observando-se, quanto às vedações, a situação jurídica na data desta.
- e) é vedada a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, por aposentadoria ou exoneração, antes de prazo definido em lei.

9. A Constituição Econômica formal brasileira **NÃO** prevê

- a) modelo capitalista socialmente controlado.
- b) ação prioritária do Estado como agente econômico.
- c) planejamento como instrumento de política econômica.
- d) fiscalização como expressão da ação mediata do Estado.
- e) exploração de atividade econômica estatal sob monopólio.

10. Quanto às propriedades na Ordem Econômica, é **CORRETO** afirmar que

- a) a funcionalização social restringe-se à propriedade imobiliária urbana e rural.
- b) a União Federal tem a titularidade do subsolo em profundidade que lhe seja útil.
- c) a adequação ao plano diretor, obrigatório para a municipalidade, define o cumprimento da função social do imóvel urbano.
- d) a produtividade define o cumprimento da função social do imóvel situado no plano rural.
- e) a comercialização de radioisótopos, para uso agrícola, é autorizada sob regime de permissão.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

11. Assinalar a alternativa **INCORRETA**:

- a) são atributos do poder de polícia: a discricionariedade, a auto-executoriedade e a coercibilidade.
- b) no Direito brasileiro, o poder de polícia está conceituado no art. 78 do Código Tributário Nacional.
- c) poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.
- d) o poder de polícia impede que o particular, diante da ação da Administração, busque a tutela na via judicial.
- e) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia.

12. Assinalar a alternativa **CORRETA**:

- a) os contratos de gestão e a possibilidade de demissão de servidores estáveis por insuficiência de desempenho são novidades introduzidas pela Reforma Administrativa relacionadas com o princípio da moralidade.
- b) o Presidente da República, ao exercer o poder disciplinar, pode expedir um decreto para tornar efetiva uma lei.
- c) ato praticado no exercício de competência discricionária é passível de anulação por desvio de poder.
- d) quanto à extinção do ato administrativo, pode-se afirmar que a oportunidade e a conveniência justificam a cassação do ato administrativo.
- e) são requisitos ou elementos dos atos administrativos: competência, forma, finalidade, sujeitos, motivo e menção à lei que autoriza o ato praticado.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

13. Assinalar a alternativa **INCORRETA**:

- a) os serviços públicos gerais são prestados a toda a coletividade, indistintamente, ou seja, seus usuários são indeterminados e indetermináveis.
- b) serviços públicos não essenciais são prestados no interesse da comunidade e remunerados mediante taxas, que incidirão sobre a utilização efetiva ou potencial do serviço, sendo exemplo os serviços de distribuição de energia elétrica.
- c) em qualquer hipótese, sejam serviços prestados direta ou indiretamente, a regulamentação e o controle dos serviços públicos são sempre atribuições do Poder Público.
- d) incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
- e) a concessão de serviço público é formalizada por meio de contrato administrativo e a delegação de sua prestação é feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstrem capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

14. Relativamente à responsabilidade civil da Administração Pública, assinalar a alternativa **CORRETA**.

- a) As sanções civis, penais e administrativas não poderão ser cumuladas, a fim de se evitar múltipla punição.
- b) O particular que dirige seu automóvel na mão contrária de direção, ao colidir com viatura policial, sofre perda de membro superior, tem o direito de ser indenizado pelo Estado, em razão da “teoria do risco administrativo”.
- c) A responsabilidade civil do servidor decorrerá apenas de ato doloso, seja este comissivo ou omissivo.
- d) Não comprovada a culpa do agente e inexistindo culpa do particular, subsiste a obrigação do Estado de reparar o dano causado: entretanto, cabe ação regressiva da Administração contra aquele.
- e) Nos casos de prejuízos causados a particulares, as empresas privadas prestadoras de serviços públicos submetem-se às mesmas regras de responsabilidade civil aplicáveis aos entes públicos.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

15. Assinalar a alternativa **INCORRETA**:

- a) segundo princípios constitucionais da administração pública, a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público.
- b) dispõe o art. 37 da CF que o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- c) a estabilidade é a garantia de permanência no serviço público outorgada ao servidor que, nomeado para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, tenha transposto o período de três anos e se submetido à avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- d) o servidor público estável poderá perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- e) dispõe a CF que lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios para a sua admissão.

16. Assinalar a alternativa **INCORRETA**:

- a) a venda de bens móveis públicos não se sujeita à necessidade de autorização legislativa.
- b) são bens da União: os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros Países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.
- c) a jazida é fenômeno geológico da natureza, enquanto a mina é o resultado de exploração da jazida, traduzindo uma atividade econômica e produtiva.
- d) segundo dispõe a CF, a faixa de fronteira é de até 200 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional e considerada indispensável à segurança nacional.
- e) são bens de uso especial os edifícios públicos onde se situam repartições públicas.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

17. É **INCORRETO** afirmar que cabe à Lei Complementar, em matéria tributária

- a) regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- b) dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- c) estabelecer normas gerais em matéria tributária, especialmente sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.
- d) os Municípios, mediante lei complementar, poderão instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública.
- e) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

18. Assinalar a alternativa **INCORRETA**.

- a) A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório pode ser vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.
- b) Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observados os termos da Constituição Federal.
- c) Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.
- d) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40 da CF, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.
- e) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

19. É **INCORRETA** a afirmativa:

- a) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
- b) a lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- c) pertencem aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- d) é vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- e) é permitido à União instituir tributo variável ou não uniforme em todo o território nacional, objetivando promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

20. É **INCORRETO** afirmar:

- a) sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- b) a base de cálculo do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza é apenas o montante real da renda ou dos proventos tributáveis, não podendo ser arbitrada ou tampouco presumida.
- c) o não exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.
- d) imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- e) as taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição.

PROVA DE DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

21. Assinale a alternativa **FALSA**.

- a) Para as teorias relativas, a pena não se justifica por si mesma, mas somente na medida em que se cumprem os fins legitimadores do controle da delinquência.
- b) As denominadas teorias absolutas entendem que a pena só pode se justificar por razões de justiça ou necessidade moral, figurando Kant e Hegel como dois de seus principais defensores.
- c) As teorias mistas preconizam que a pena estatal é retribuição proporcionada ao delito, com vista a evitar futuros delitos e a propiciar a ressocialização do autor.
- d) A concepção da pena como prevenção geral positiva é defendida pelas teorias de origem funcionalista e sistêmica.
- e) Os postulados teóricos abraçados pela escola positivista levam-na a adotar a teoria da prevenção geral.

22. Assinale a alternativa **FALSA**.

- a) Pela teoria psicológica da culpabilidade, o erro de tipo permissivo afeta o dolo.
- b) O erro de tipo permissivo evitável implica a punição do agente por crime culposos, se previsto em lei.
- c) O erro de permissão afeta a consciência da ilicitude.
- d) Na teoria dos elementos negativos do tipo, o erro de tipo permissivo é tratado como erro de tipo excludente do dolo.
- e) Pela teoria da culpabilidade que remete à consequência jurídica, o erro de tipo permissivo afeta o dolo.

23. Assinale a alternativa **FALSA**. **(ANULADA)**

- a) Para os adeptos da teoria dos elementos negativos do tipo, toda vez que não for lícita a conduta do agente, faltará a própria tipicidade.
- b) O finalismo conceitua autor como sendo aquele que possui o domínio do fato.
- c) Para identificação do risco proibido, além do princípio do incremento do risco permitido, é indispensável que se observe o princípio da finalidade protetiva da norma.
- d) É possível a autoria mediata nos crimes culposos e de mão própria.
- e) A chamada Escola Clássica de Direito Penal propugnava um método de trabalho científico abstrato, formal e dedutivo, enquanto a escola Positiva optava pelo método indutivo e empírico.

PROVA DE DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

24. Assinale a alternativa **FALSA**.

- a) Na concepção finalista de culpabilidade, o dolo e a culpa são objetos de valoração, enquanto a culpabilidade importa a valoração desses objetos.
- b) A formulação teórica do chamado “Direito Penal do Inimigo” parte da idéia de que a este não se pode imputar a condição de pessoa, mas tão-somente a de indivíduo, vez que não satisfaz às mínimas expectativas normativas a respeito de seu comportamento dentro do corpo social.
- c) A teoria funcionalista lança mão da categoria filosófica do livre arbítrio como argumento importante para a legitimação da punição.
- d) As teorias sociológicas do risco constituem-se em uma das bases para a construção da perspectiva da imputação objetiva.
- e) No conceito psicológico de culpabilidade, verifica-se uma separação do aspecto externo (injusto) com relação ao aspecto interno (culpabilidade) do delito.

PROVA DE DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

25. Tício e Mévio eram antigos desafetos. Tício resolve, então, ceifar a vida de Mévio e contrata Semprônio, matador de aluguel, acertando duas parcelas de R\$5.000,00, uma antes e outra após a realização do “serviço”. Ficou combinado que este seria realizado em cinco dias do encontro, mediante um único disparo de arma de fogo. Ao chegar em casa, Tício arrepende-se e liga para Semprônio, cancelando a empreitada. Este se recusa a deixar de realizar o serviço, argumentando ser um profissional e que, após a contratação, o negócio não poderia ser desfeito. Tício pondera a Semprônio que este poderia, então, quedar-se com o “sinal” e não realizar a empreitada criminosa, o que é rechaçado por Semprônio que diz que faria um “abatimento do preço” e deixaria todo “contrato” pelos R\$5.000,00 já pagos, não havendo a necessidade de outro pagamento após a efetivação. Tício retoma sua vida normal e, após cinco dias, Semprônio efetivamente mata Mévio com emprego de veneno. Como Promotor de Justiça da comarca, analise a questão e informe a solução jurídica para o caso:

- a) Tício não responde pelo evento, em virtude de não ter aumentado o risco da ocorrência do resultado, enquanto Semprônio responde por homicídio qualificado pela paga e pelo emprego de veneno.
- b) Tício não responde pelo evento, em virtude de ter cessado seu dolo de homicídio antes do início da execução (*iter criminis* preparatório), enquanto Semprônio responde por homicídio qualificado apenas pelo emprego de veneno.
- c) Tício responde apenas por tentativa de homicídio, em virtude de ser sua omissão relevante, enquanto Semprônio responde por homicídio qualificado pela paga e pelo emprego de veneno.
- d) Tício responde apenas por homicídio qualificado pela paga, em virtude de ser sua omissão relevante, enquanto Semprônio responde por homicídio qualificado pela paga e pelo emprego de veneno.
- e) Tício e Semprônio respondem em concurso de agentes por homicídio qualificado pela paga e pelo emprego de veneno.

PROVA DE DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

26. Arnaldo é casado com Marina e residem em Salinas. Certo dia, Arnaldo começa a beber em um bar próximo à residência do casal com amigos. No momento em que está bebendo, Arnaldo não tem nenhum intento criminal em sua consciência. Após ingerir inúmeras doses da famosa cachaça da região, Arnaldo se desentende com seu amigo, que o chamara de chifrudo, insinuando que Marina tinha relações extraconjugais. Arnaldo não consegue responder em virtude de seu grau de embriaguez, que é extremo. Continua a beber da saborosa aguardente por mais três horas e, então, se dirige a sua residência. Chegando lá, Arnaldo abre a porta, desfere inúmeros chutes e socos em Marina, que se queda com lesões leves, e cai desacordado, chegando ao hospital já em coma alcoólico. Como Promotor de Justiça da comarca de Salinas, analise o caso e indique a solução mais adequada:

- a) Arnaldo não responde pelo delito uma vez que não se aplica a teoria da *actio non libera in causa*, o que geraria a responsabilização puramente objetiva do agente.
- b) Arnaldo deve responder por lesão corporal específica da violência doméstica.
- c) Arnaldo deve responder por lesão corporal simples.
- d) Arnaldo deve responder por lesão corporal simples, com causa de diminuição de pena da embriaguez fortuita, em virtude de não possuir, ao tempo da ação, a plena capacidade de autodeterminação.
- e) Arnaldo não responde pelo delito uma vez que, pela teoria da *actio non libera in causa*, o agente só responde quando houver um mínimo de capacidade intelectual ou volitiva, durante o ato ou anteriormente ao estado de embriaguez.

27. Ferdinando, exímio atirador, percebe que Mateus, Marcos, João e Paulo encontram-se em linha reta em relação a seu ângulo de visão. Ferdinando, então, seleciona seu rifle mais potente na intenção de que atinja Mateus e Marcos, seus desafetos. João e Paulo, por sua vez, são desconhecidos de Ferdinando e encontram-se atrás dos alvos. Ferdinando atira e acaba matando os quatro. Como Promotor de Justiça da comarca, analise a questão e informe a solução jurídica para o caso:

- a) Ferdinando responde pelo homicídio doloso consumado de Mateus e Marcos e pelo homicídio culposo de João e Paulo, na forma do crime continuado.
- b) Ferdinando responde pelo homicídio doloso consumado de Mateus e Marcos e por lesão corporal seguida de morte de João e Paulo, na forma do crime continuado.
- c) Ferdinando responde pelo homicídio doloso consumado de Mateus, Marcos, João e Paulo, na forma do concurso formal impróprio ou imperfeito.
- d) Ferdinando responde pelo homicídio doloso consumado de Mateus e Marcos e pelo homicídio culposo de João e Paulo, na forma do concurso material simples.
- e) Ferdinando responde pelo homicídio doloso consumado de Mateus, Marcos, João e Paulo, na forma do crime continuado.

PROVA DE DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

28. Adamastor comparece ao apartamento de Maria e, afirmando-se instalador de TV a cabo, apresenta seu crachá funcional falso e consegue subtrair, sem que a dona da residência perceba, as jóias da vítima. Ao chegar ao andar térreo, Adamastor percebe a sirene da polícia e as joga na tubulação de esgoto, não sendo recuperadas. Nesse momento, Adamastor é preso e confessa o fato. Como Promotor de Justiça da comarca, analise a questão e informe a solução jurídica para o caso:

- a) Adamastor responde por furto consumado qualificado pela fraude.
- b) Adamastor responde por furto tentado qualificado pela fraude.
- c) Adamastor responde por estelionato consumado.
- d) Adamastor responde por estelionato tentado.
- e) Adamastor responde por falsidade material consumada.

29. Daniela dirige seu veículo automotor pela rodovia quando, por sua culpa exclusiva, acaba causando acidente em que são envolvidos os veículos de João e Alcinda. O veículo de João capota. Alcinda e Daniela param no acostamento e, sem descer de seus respectivos veículos, percebem João agonizando. Nesse momento Patrício passa em seu veículo automotor e vê o desastre. Patrício, Alcinda e Daniela seguem imediatamente seus respectivos caminhos e João morre. Como Promotor de Justiça da comarca, analise a questão e informe a solução jurídica para o caso:

- a) Daniela responde por homicídio culposo do Código de Trânsito Brasileiro com causa de aumento de pena, Alcinda responde por afastar-se do local do acidente para fugir à responsabilidade e Patrício responde por omissão de socorro do Código de Trânsito Brasileiro.
- b) Daniela responde por homicídio culposo do Código de Trânsito Brasileiro com causa de aumento de pena, Alcinda e Patrício respondem por omissão de socorro do Código Penal.
- c) Daniela responde por homicídio culposo do Código de Trânsito Brasileiro sem causa de aumento de pena, Alcinda não responde por nada e Patrício responde por omissão de socorro do Código de Trânsito Brasileiro.
- d) Daniela responde por homicídio culposo do Código de Trânsito Brasileiro com causa de aumento de pena, Alcinda e Patrício respondem por omissão de socorro do Código de Trânsito Brasileiro.
- e) Daniela responde por homicídio culposo do Código de Trânsito Brasileiro com causa de aumento de pena, Alcinda responde por omissão de socorro do Código de Trânsito Brasileiro e Patrício responde por omissão de socorro do Código Penal.

PROVA DE DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

30. A Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, após ação criteriosa, abordou pequeno avião em pista de pouso clandestina na comarca de Capelinha. No momento da abordagem, o piloto e seus dois tripulantes descarregavam 500 quilos de substância entorpecente vulgarmente conhecida como maconha (*Cannabis sativa*). Não houve escutas telefônicas ou outras provas. Como Promotor de Justiça da comarca, apresente a solução jurídica para o caso:

- a) O piloto responde por associação para o tráfico de drogas ilícitas (art. 14 da Lei 6.368/76), enquanto os dois tripulantes respondem pelo tráfico de drogas ilícitas (art. 12 da Lei 6.368/76).
- b) O piloto e os dois tripulantes respondem por tráfico de drogas ilícitas com causa de aumento de pena da associação (art. 12 c/c art. 18, III da Lei 6.368/76).
- c) O piloto e os dois tripulantes respondem pela associação para o fim de praticar tráfico de drogas ilícitas (art. 14 da Lei 6.368/76).
- d) O piloto e os dois tripulantes respondem por tráfico de drogas ilícitas e associação para o fim de praticar tráfico de drogas ilícitas em concurso formal (art. 12 c/c art. 14 da Lei 6.368/76).
- e) O piloto responde por tráfico de drogas ilícitas (art. 12 da Lei 6.368/76), enquanto os dois tripulantes respondem por associação para o tráfico de drogas ilícitas (art. 14 da Lei 6.368/76).

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

31. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A falta de nomeação de curador ao réu maior de dezoito e menor de vinte e um anos não é causa de nulidade do processo.
- b) O pedido de desaforamento será recebido pelo Tribunal de Justiça no efeito suspensivo e, cessada a causa que o determinou, opera-se o reaforamento do julgamento.
- c) Os enfermos que não puderem comparecer à audiência, em decorrência da condição de saúde, não estão desobrigados do dever de prestar depoimento.
- d) O surgimento de questão prejudicial devolutiva absoluta determina a suspensão do processo.
- e) Os embargos declaratórios serão recebidos no efeito suspensivo e obstam a fluência do prazo de interposição do recurso extraordinário.

32. Sobre o tema “prisão e liberdade provisória”, é **CORRETO** afirmar:

- a) Lavrado o auto de prisão em flagrante e constatando-se que o agente praticou o fato em situação evidente de legítima defesa, deverá o Delegado de Polícia conceder ao conduzido o direito de livrar-se solto.
- b) O Ministério Público deverá ser ouvido nos autos antes da concessão da liberdade provisória vinculada, exigência dispensável em se tratando de hipótese de pedido de liberdade provisória com fiança.
- c) A Liberdade Provisória assenta-se em fundamento inserto na Constituição Federal, que consagra garantia deferida ao cidadão, segundo a qual toda prisão ilegal deverá ser relaxada pela autoridade competente.
- d) Nos processos por crime de competência do Júri, a prisão preventiva, expedida com fundamento na conveniência da instrução criminal, deverá ser relaxada logo depois de concluída a instrução criminal.
- e) Mesmo em face da proibição legal de concessão liberdade provisória vinculada ao autor de crime hediondo, ela poderá ser concedida em decorrência do excesso de prazo na formação da culpa.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

33. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O princípio da fungibilidade aplica-se à apelação recebida como protesto por novo júri.
- b) Os princípios de temporariedade da lei penal aplicam-se às normas processuais penais mistas ou híbridas.
- c) O princípio da identidade física do juiz aplica-se ao processo penal.
- d) O princípio da *perpetuatio jurisdictionis* não se aplica às hipóteses de supressão de órgão judiciário.
- e) O princípio da oficiosidade não se aplica aos órgãos persecutórios nas ações penais condicionadas à requisição.

34. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A “interceptação telefônica” pode ser determinada por comissão parlamentar de inquérito (CPI), mas esta não pode decretar prisão, em razão de cláusula de reserva de jurisdição.
- b) A “interceptação de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos” não tem previsão legal expressa, mas pode ser utilizada como prova inominada, tendo em vista o princípio da liberdade probatória.
- c) A “infiltração” por agente de polícia é realizada mediante autorização de delegado de polícia, mas a realizada por agente de inteligência depende de circunstanciada autorização judicial.
- d) A “quebra do sigilo bancário” não é aplicável somente aos bancos, mas também às administradoras de cartões de crédito.
- e) A “interceptação telefônica” é legalmente cabível nos crimes punidos com pena de reclusão ou detenção, mas não na mera contravenção.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

35. Determinado cidadão, logo depois de ter cometido delito de estupro, é perseguido por Policial Militar. Para assegurar a impunidade do crime praticado, o indivíduo efetua diversos disparos de arma de fogo contra seu perseguidor, produzindo-lhe lesões que dão causa à sua morte. Nesse caso, identificando-se a prática de duas infrações penais cometidas nas circunstâncias retratadas, a competência será determinada pela:

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Conexão objetiva, lógica ou material.
- b) Conexão intersubjetiva concursal.
- c) Conexão intersubjetiva por simultaneidade.
- d) Continência por cumulação subjetiva.
- e) Continência por cumulação objetiva.

36. Sobre o tema aditamentos nos crimes de ação penal pública é **CORRETO** afirmar:

- a) Proferida decisão condenatória com trânsito em julgado e surgindo nos autos prova quanto à circunstância desconhecida nesta ocasião e que permite o reconhecimento de modalidade delituosa diversa, caberá ao Ministério Público ofertar nova denúncia, considerando que o novo tipo de infração não foi alcançado pela coisa julgada material.
- b) Na fase da pronúncia, ocorrendo possibilidade de alteração da imputação, em decorrência de prova nova quanto à circunstância ou elementar que determina o reconhecimento de modalidade delituosa mais grave, caberá o aditamento da denúncia pelo Ministério Público.
- c) Encontrando-se o processo em grau de Recurso de Apelação, o Relator, verificando que há nova prova que importa em alteração da classificação legal do delito e da imputação, permitindo a desclassificação para modalidade delituosa menos grave, deverá determinar o retorno dos autos ao Ministério Público para aditar a denúncia.
- d) Nos crimes em que a ação penal é subsidiária da pública, verificando-se nos autos a comprovação de nova circunstância que permite a desclassificação para infração mais grave, caberá ao Magistrado promover o retorno dos autos ao ofendido para aditamento da inicial.
- e) No julgamento de recurso de apelação aviado pelo réu, é dispensável o aditamento da denúncia quando o Relator, embora atente para o reconhecimento de infração penal que importe aplicação de pena mais grave, constatar que os fatos estão narrados devidamente na denúncia.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

37. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A “súmula vinculante” não se aplica ao direito penal e ao direito processual penal, pois tratam de direitos indisponíveis.
- b) O interrogatório do acusado é um ato privativo do juiz no processo penal comum.
- c) A Justiça Militar estadual é competente para processar e julgar os militares do Estado, nos crimes militares definidos em lei, mas não para as ações judiciais cíveis contra atos disciplinares militares.
- d) A suspensão condicional do processo é admitida em processo por crime continuado, se a pena mínima de cada infração for inferior a um ano.
- e) Os prazos contam-se, de modo geral, da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.

38. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) No Plenário do Júri, operada a desclassificação própria do delito originariamente de competência do Júri para outro da competência do juízo singular, caberá ao Juiz Presidente determinar a remessa dos autos ao juízo competente.
- b) Ocorrendo a absolvição do réu, sob o fundamento de que ele era inimputável na época do fato, fica prejudicada a votação dos subseqüentes quesitos da legítima defesa.
- c) Será reconhecida contradição na votação dos quesitos quando o Conselho de Sentença, na apreciação da tese da legítima defesa, reconhecer que o réu praticou o fato em defesa de sua pessoa, excedendo, no entanto, dolosamente, os limites da causa de exclusão da ilicitude e, na mesma seriação, admitir que ele praticou o fato utilizando-se de meio cruel.
- d) Os quesitos pertinentes à qualificadora de natureza subjetiva poderão ser formulados antes daqueles relacionados ao homicídio privilegiado, não se declarando nulidade se não resultar demonstrado prejuízo ao réu.
- e) Ao proferir decisão absolutória, com o reconhecimento de que o réu agiu em legítima defesa, o Conselho de Sentença estará impedido de apreciar os crimes conexos que não se inserem no rol de sua competência.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

39. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A confissão do réu, obtida mediante tortura, constitui modalidade de prova ilegítima, vedada no nosso ordenamento jurídico, não obstante o decreto de condenação se houver nos autos outras provas para fundamentar o ato decisório.
- b) É vedada a revisão criminal de processo findo quando, no julgamento do precedente Recurso de Apelação, não forem interpostos embargos infringentes contra decisão desfavorável ao réu.
- c) O foro especial por prerrogativa de função está restrito ao debate das causas penais, não alcançando as ações cíveis de reparação de dano.
- d) Ao preso provisório é vedado remir os dias trabalhados, podendo, no curso da execução, pleitear o benefício da detração penal.
- e) Homologada a transação penal, o descumprimento da pena restritiva de direitos deverá ser convertida em privativa de liberdade.

40. Quanto ao instituto do *habeas corpus* é **CORRETO** afirmar:

- a) O princípio da unirrecorribilidade das decisões veda a impetração simultânea do *habeas corpus* e do recurso de apelação para atacar o mesmo ato jurisdicional.
- b) O interessado poderá substituir o recurso extraordinário contra a decisão denegatória do *habeas corpus* pelo Tribunal de Justiça, pelo *habeas corpus* originário, proposto perante o Supremo Tribunal Federal;
- c) Qualquer pessoa, maior ou menor, natural ou jurídica, nacional ou estrangeira, pode impetrar *habeas corpus*, em benefício próprio ou de terceiro.
- d) Não poderá ser impetrado contra decisões com trânsito em julgado, tendo em vista que contra elas é admissível a revisão criminal.
- e) A decisão denegatória de *habeas corpus* com trânsito em julgado, que declarou não-comprovado o direito líquido e certo do paciente, faz coisa julgada e obsta a propositura de medida idêntica e com o mesmo fundamento de fato e de direito.

PROVA DE DIREITO CIVIL

41. Assinale a assertiva **INCORRETA**.

- a) A separação judicial faz desaparecer os deveres do casamento e participação patrimonial, porém mantém intacto o vínculo matrimonial.
- b) Excluídos os aqüestos a que faz jus a companheira, e inexistência de herdeiros legítimos, os bens particulares do falecido transformam-se em herança jacente.
- c) A sentença proferida de abertura da sucessão provisória tem seus efeitos imediatos, após a sua publicação pela imprensa.
- d) Os sucessores provisórios representam ativa e passivamente os ausentes, após serem empossados nos bens que compõem o acervo.
- e) O casamento religioso poderá produzir os efeitos civis, caso os nubentes atendam às exigências contidas na legislação pertinente e audiência do MP.

42. Assinale a assertiva **INCORRETA**.

- a) A concepção é marco inicial para muitos direitos previstos em lei, antecedendo a personalidade que começa do nascimento com vida.
- b) O co-herdeiro preterido, em cessão de direito hereditário a terceiro, pode haver para si a quota cedida a estranho, depositando o preço no prazo legal.
- c) O MP pode promover a interdição de pessoa portadora de doença mental grave, concedendo-lhe curador para cuidar de todos ou alguns de seus negócios ou bens.
- d) Na comunhão universal a doação antenupcial que um cônjuge fez ao outro, com cláusula de incomunicabilidade, é excluída da comunhão.
- e) A habilitação para o casamento torna-se ineficaz, não se realizando as núpcias no prazo de 90 dias da data da extração do certificado.

43. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) João lega o usufruto da casa para seus pais, metade para cada um. Com a morte de um deles, não haverá o direito de acrescer do outro.
- b) Apesar de resolutiva a condição imposta em testamento, é lícito ao legatário usar, gozar e dispor da coisa legada.
- c) A emancipação de menor de mais de dezesseis anos, por sentença do juiz, ouvido o tutor, é admitida pela lei civil.
- d) A adoção faz-se por escritura pública, em se tratando de pessoa maior e capaz e por sentença judicial para os incapazes, sendo proibida a adoção a termo.
- e) Abuso de autoridade, por quem está investido de poderes estatais, viabiliza à vítima ampla indenização, fixada pelo juiz, na conformidade das circunstâncias do caso.

PROVA DE DIREITO CIVIL

44. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Público é o testamento lavrado no Cartório Civil de Pessoas Naturais, ditado pelo testador, na presença de duas testemunhas, perante o oficial e assinado por todos.
- b) O cônjuge, casado em regime de separação convencional, separado de fato há quinze meses, concorre com os descendentes comuns, deixados pelo falecido.
- c) A morosidade na aplicação dos recursos pertencentes ao tutelado, evitando perda do poder de compra do dinheiro, obriga o tutor a ressarcir por eventuais prejuízos causados.
- d) A oposição dos impedimentos matrimoniais é facultada a qualquer pessoa maior e capaz, tendo ou não relacionamento com os nubentes.
- e) O MP, vencido o prazo de existência da fundação, promoverá a sua extinção, providenciando a incorporação do patrimônio a outra congênere.

45. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Nas associações é lícita a disposição em estatuto que outorga a determinada categoria de sócios maior número de vantagens.
- b) O terceiro não interessado subroga-se nos direitos do credor ao efetuar o pagamento da dívida em seu próprio nome.
- c) A lei não permite ao pai nomear, por testamento, tutor para seu filho, se o outro genitor lhe sobrevive.
- d) O legado de coisa fungível será cumprido ainda que ela inexista, no momento do óbito, entre os bens deixados pelo testador.
- e) O direito de acrescer pressupõe a pluralidade de pessoas chamadas à mesma herança ou legado e a vacância de uma quota por falta ou recusa de co-herdeiro ou de co-legatário.

PROVA DE DIREITO CIVIL

46. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O reconhecimento de filho extraconjugal pode ser feito antes do nascimento ou posteriormente ao seu falecimento, desde que ele deixe descendentes.
- b) Os deveres de lealdade, respeito e mútua assistência, mais os de guarda, sustento e educação dos filhos compõem o contexto da união estável como exigência legal.
- c) A doação e o legado, sendo negócios jurídicos benéficos, devem ter sua interpretação restrita, tal como a renúncia.
- d) O CC/2002 abandonou a regra de igualdade das legítimas, quando o cônjuge concorre com filhos comuns e filhos só do autor da herança.
- e) O indigno, contemplado em testamento do ofendido, quando o testador já conhecia a causa da indignidade, receberá o bem legado e, reabilitado que fora, a herança.

47. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O pacto antenupcial, feito, obrigatoriamente, por escritura pública, sob pena de nulidade, é um negócio jurídico condicional, podendo adotar-se nele regime de bens diverso do legal.
- b) O reconhecimento do filho, embora irrevogável, não implica em proibição de questionamentos em torno da filiação, argüidas em juízo.
- c) As despesas com educação, enxoval, casamento e defesa em processo-crime não são colacionáveis pelo herdeiro necessário.
- d) Na sucessão entre os colaterais os filhos de irmãos recebem por direito de representação, direito esse que não beneficia os netos do irmão pré-morto.
- e) A união estável, entidade familiar prevista na Carta Magna, poderá converter-se em casamento, mediante averbação de pacto antenupcial no Registro Civil.

48. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A lei não condiciona o divórcio à prévia partilha de bens na separação, podendo aquela ser exercida em ação ordinária, específica para esse fim.
- b) A instituição do bem de família, feito pelo pai a favor de filho solteiro, visa protegê-lo de infortúnios no casamento e previne a perda do bem doado.
- c) O mandatário responde pelo excesso das obrigações assumidas em dissonância com os poderes conferidos, mas ao mandante pertencem todas as vantagens auferidas pelo mandatário.
- d) A nulidade absoluta do negócio pode ser alegada pelo MP, visando resguardar o interesse público, do menor ou de incapaz.
- e) O testamento particular, escrito pelo testador no cativo, sem testemunhas, pode ser validado pelo juiz, a seu critério.

PROVA DE DIREITO CIVIL

49. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Novo casamento do pai ou da mãe não acarreta a perda do direito de guarda dos filhos, havidos no leito anterior, que só lhe poderá ser retirada por mandado judicial.
- b) O MP tem legitimidade para exigir a execução do encargo, imposto pelo vendedor ao comprador, em benefício de terceiro menor ou da sociedade.
- c) Promessa de passagem grátis para a Copa, publicada em jornais, pode ser revogada antes do evento pelo promitente, obedecido o mesmo padrão publicitário.
- d) O prazo prescricional começa a fluir a partir da violação do direito, com o descumprimento da obrigação.
- e) A renúncia do fideicomissário à herança ou ao legado, caduca o fideicomisso, deixando de ser resolúvel a propriedade do fiduciário, salvo disposição em contrário.

50. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O bem de família não se extingue com a dissolução da sociedade conjugal, mas, em caso de morte, o supérstite poderá pedir a extinção, se for o único bem do casal.
- b) É perfeitamente viável a pretensão da família no sentido de, morto por homicídio que a sustentava, ser compelido o autor do crime ao pagamento de lucros cessantes.
- c) Inexistindo fixação de prazo para a operação dos efeitos, o negócio *inter vivos* é exequível imediatamente.
- d) Feitas doações pelo doador, podem deixar de ser colacionadas, contanto que dispensadas e não excedam o disponível, computado o valor à época da liberalidade.
- e) Constituída uma fundação que não seja de fins religiosos, morais, culturais ou de assistência, caberá ao MP a supervisão direta na redação do estatuto.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51. Escolha dentre as alternativas abaixo aquela que demonstre os princípios processuais que norteiam a partilha judicial tanto no direito de família quanto no direito das sucessões:

- a) economicidade, respeito aos quinhões e celeridade.
- b) oficialidade, proporcionalidade de quinhões e perpetuidade.
- c) aderência, proporcionalidade de quinhões e economicidade.
- d) registro oficial, proporcionalidade de quinhões e celeridade.
- e) respeito aos quinhões, evitabilidade de condomínios e comodidade.

52. No que tange ao exercício das funções ministeriais é **INCORRETO** afirmar que:

- a) oficia na estrita observância do direito objetivo como fiscal da lei.
- b) é civilmente responsável quando, no exercício de suas funções, proceder com culpa dolo ou fraude.
- c) atua como parte quando age como legitimado ativo na Ação Civil Pública e na Ação Coletiva por improbidade administrativa.
- d) atua como assistente nas Ações Cíveis Públicas proposta por outro legitimado ativo.
- e) a lei exige que nos casos de intervenção obrigatória as intimações de seus órgãos se façam sempre pessoalmente, entendendo o Pleno do STF que o prazo inicia na data da entrega dos autos a secretaria da instituição.

53. É de Chiovenda a lembrança de que a parte não pode sofrer qualquer forma de prejuízo, mesmo em decorrência do tempo, pelo fato de “ter procurado a justiça”. Verificando o juiz, concretamente, pelos meios que o interessado lhe ofereceu, que a lesão à posse data de menos ano e dia, deve conceder à parte uma proteção imediata.

Aponte, dentre as alternativas abaixo, a tutela de urgência mais apropriada a essa hipótese:

- a) tutela de segurança.
- b) tutela cautelar.
- c) tutela específica.
- d) tutela de evidência.
- e) tutela inibitória.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

54. Nos termos do artigo 273 do CPC que dispõe sobre a tutela antecipada é **INCORRETO** afirmar que sua concessão deve observar:

- a) estar demonstrada a verossimilhança da alegação, a prova inequívoca do direito e o perigo do dano irreparável ou de difícil reparação, sendo o provimento de natureza cautelar.
- b) estar demonstrada a verossimilhança da alegação, a prova inequívoca do direito e manifesto propósito protelatório do réu, sendo o provimento de natureza sumária – não cautelar.
- c) ser executável provisoriamente conforme sua natureza, pela impossibilidade de revogação ou modificação.
- d) ser possível o provimento parcial quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
- e) ser possível, pelo princípio da fungibilidade, se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, o provimento da medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.

55. A respeito da assistência é **INCORRETO** dizer que:

- a) a assistência simples pode ser deferida no despacho que ordena a citação.
- b) é necessária a comprovação de interesse jurídico do terceiro em que uma das partes seja vencedora da demanda.
- c) na assistência simples, a participação do terceiro é meramente acessória e não opositiva a parte assistida.
- d) na assistência adesiva o terceiro tem legitimidade extraordinária já que postula um direito alheio.
- e) a postura do ente da Fazenda Pública lesado no erário em Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público é de assistente litisconsorcial, porque defenderá direito próprio.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

56. A fim de se constituir elementos úteis do conhecimento dos fatos da causa na busca da garantia fundamental do direito à prova é **CORRETO** que se considere:

- a) ilimitada a utilização de provas atípicas.
- b) o elenco dos meios como exaustivos.
- c) apropriado o sistema de provas legais.
- d) válida a prova pericial particular extrajudicial produzida sem contraditório.
- e) como ônus de cada parte da qual devem se desemcumbir satisfatoriamente.

57. Quanto à suspensão do processo é **INCORRETO** asseverar que:

- a) a suspensão do processo pode converter-se em extinção da relação processual se os herdeiros da parte autora falecida não se habilitarem no tríduo determinado pelo juiz.
- b) a ausência de habilitação dos herdeiros da parte-ré falecida, no caso de falecimento, importará no prosseguimento do processo à revelia do espólio ou sociedade.
- c) se o representante legal da parte-ré (este último um incapaz) falecer e não for substituído dentro do prazo de suspensão, cumpre ao juiz nomear-lhe um curador.
- d) não havendo transação em audiência de instrução e falecendo, posteriormente, a parte autora, o processo será suspenso até a habilitação dos interessados.
- e) em caso de morte do requerido e não habilitação de seus sucessores, a revelia é de caráter *ex nunc*.

58. Em matéria de Ação Civil Pública é **INCORRETO** afirmar que:

- a) o Termo de Ajustamento de Conduta é possível ser celebrado por todos os legitimados ativos.
- b) o Inquérito Civil, tal qual os atos processuais, está submetido ao princípio da publicidade, podendo nos casos estabelecidos pela Constituição da República estabelecer limites dessa publicidade para resguardar a privacidade e o sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.
- c) a coisa julgada em matéria coletiva resta superada quando se der a improcedência por insuficiência de provas.
- d) o ajustamento de conduta tem significado de reconhecimento prévio por parte da pessoa ou ente responsável pelo dano causado a interesse ou direito coletivo.
- e) a ação civil pública e a ação popular têm em seu pólo ativo diferença de caráter formal, pois materialmente as partes são as mesmas, ou seja, a comunidade titular do direito difuso que se pretende seja tutelado.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

59. Sobre a Ação Popular constitucional é **INCORRETO** dizer que:

- a) o Ministério Público funciona nos autos da ação popular como parte pública autônoma.
- b) o pedido imediato é de natureza declaratória-condenatória e o mediato prende-se à insubsistência dos atos lesivos aos interesses difusos.
- c) quanto à causa de pedir próxima deve o autor indicar e oferecer início de prova de que um agente público acabou por lesar o erário público, o meio ambiente ou a moralidade administrativa.
- d) A moralidade administrativa inovada como causa autônoma e situada na zona fronteira entre a Moral e o Direito pode ser analisada dentre os tópicos do abuso do direito, do desvio do poder e da falta de razoabilidade.
- e) A lesividade é sempre exigida na propositura da Ação Popular, mesmo que seja feita apenas embutida na noção do erário ou no ataque aos valores cívicos, culturais, ambientais ou históricos de uma dada comunidade.

60. É **CORRETO** afirmar no exame do procedimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade e Constitucionalidade que:

- a) é admitida intervenção de terceiros no processo de Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- b) é cabível recurso do despacho do relator que admite o *Amicus Curiae*.
- c) a decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo proclamará num ou noutro sentido se tiverem manifestado pelo menos quatro Ministros
- d) a propositura de Ação Direta inadmitirá desistência.
- e) a decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em Ação Direta ou em Ação declaratória pode ser objeto de ação rescisória.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

61. Com base na Lei Complementar Federal nº 64, de 18.05.90, é **CORRETO** afirmar:

- a) a arguição de inelegibilidade do candidato ao Senado será feita perante o Tribunal Superior Eleitoral.
- b) a impugnação de pedido de registro do candidato, por parte de candidato, do partido político ou da coligação, impede que o Ministério Público Eleitoral promova a impugnação no mesmo sentido.
- c) a declaração de inelegibilidade do candidato à Presidência da República, Governador de Estado e do Distrito Federal, e Prefeito Municipal atingirá, de igual modo, o candidato a Vice-Presidente, Vice-Governador, ou Vice-Prefeito.
- d) não se permite que o partido político ou coligação que requerer o registro de candidato considerado inelegível lhe dê substituto, caso a decisão passada em julgado tenha sido proferida após o término do prazo de registro.
- e) nas eleições municipais, o Juiz Eleitoral será competente para conhecer e processar a representação que determine a instauração de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso de poder econômico.

62. Segundo as disposições da Lei nº 7.853/89 e do Decreto nº 3.298/99,

- I) as ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência poderão ser propostas pela sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção das pessoas portadoras de deficiência.
- II) a sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação coletiva de proteção dos interesses difusos do portador de deficiência fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo Tribunal.
- III) o Ministério Público intervirá obrigatoriamente nas ações em que figure como autor ou réu pessoa portadora de deficiência.
- IV) é facultado aos legitimados ativos habilitarem-se como litisconsortes nas ações civis públicas (destinadas à proteção de interesses difusos da pessoa portadora de deficiência) propostas por qualquer deles.
- V) a pessoa portadora de deficiência participará de concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, mas a legislação estabelece condições especiais que lhe são favoráveis, entre as quais aquela no que concerne ao conteúdo das provas.

As afirmativas **INCORRETAS** são:

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) III e V.
- d) IV e I.
- e) V e II.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

63. Segundo as disposições da Lei nº 8.080/90, é **INCORRETO** afirmar:

- a) os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam, aplicando-lhes o princípio da direção única.
- b) o SUS, em caso de insuficiência de recursos para a cobertura assistencial à população de uma determinada área, poderá recorrer somente aos serviços das entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos.
- c) as ações de serviços públicos de saúde, no âmbito do SUS, nos termos do artigo 7º, obedecem ao princípio, dentre outros, da participação da comunidade.
- d) o atendimento e a internação domiciliares do SUS somente poderão ser realizados por indicação médica, com expressa concordância do paciente e de sua família.
- e) compete à direção municipal do SUS controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde.

64. Nos termos da Lei nº 7.347/87 (Lei de Ação Civil Pública),

- I) são permitidas as ações de responsabilidade por danos morais ou patrimoniais causados em decorrência da instituição de tributos ou contribuições previdenciárias.
- II) caso a associação autora não promova a execução da sentença condenatória, decorridos 60 (sessenta) dias do trânsito em julgado, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.
- III) em caso de sentença que julga improcedente o pedido por insuficiência de provas, qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- IV) a multa cominada liminarmente, em caso de sentença condenatória transitada em julgado, será devida desde o dia de seu descumprimento.
- V) apenas o Ministério Público e o Poder Público poderão instaurar inquérito civil público.

As afirmativas **INCORRETAS** são:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) IV e V.
- e) V e I.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

65. Nos termos da Legislação do Ministério Público, especificamente a Lei Complementar Estadual nº 34/94, com a redação conferida pela Lei Complementar nº 66/2003 e a Lei Federal nº 8.625/92,

- I) para decretação de perda do cargo do membro do Ministério Público, o Procurador-Geral de Justiça proporá Ação Civil Pública perante o Tribunal de Justiça local, após autorização da Câmara de Procuradores ou do Colégio de Procuradores, na forma da lei.
- II) é permitido ao membro do Ministério Público participar de sociedade comercial como cotista ou acionista.
- III) compete à Câmara de Procuradores de Justiça eleger os membros do Ministério Público que integrarão a Comissão de Concurso para ingresso na Carreira.
- IV) compete ao Conselho Superior do Ministério Público aprovar o Plano Geral de Atuação do Ministério Público.
- V) a Diretoria-Geral e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento do Ministério Público são órgãos de assessoramento da Procuradoria-Geral de Justiça.

As afirmativas **CORRETAS** são:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) IV e V.
- e) V e I.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

66. Nos termos da Lei nº 8.429/92,

I) nos atos de improbidade administrativa contra entidade para cuja criação ou custeio o erário concorra com mais de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio ou da receita anual, a sanção patrimonial limita-se à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

II) o terceiro beneficiado responderá solidariamente com o agente público para o ressarcimento do dano integral causado ao erário, apenas quando tenha induzido ou concorrido para a prática da improbidade administrativa.

III) o sucessor do agente público que causou dano ao patrimônio não tem qualquer responsabilidade quanto ao dever de ressarcimento do prejuízo causado.

IV) as ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas nessa lei podem ser propostas dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.

V) em caso de sentença condenatória por ato de improbidade, o perdimento dos bens incidirá, quando houver enriquecimento ilícito por parte do agente público.

As afirmativas **CORRETAS** são:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) IV e V.
- e) V e I.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

67. Nos termos da Lei nº 8.069/90,

I) o Conselho Tutelar é órgão autônomo e permanente, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, exercendo seus membros função considerada de interesse público relevante, não podendo ser remunerada.

II) o Conselho Tutelar, como órgão que exerce parcela de poder não jurisdicional, promove a execução de suas próprias decisões, podendo, inclusive, aplicar determinadas medidas aos pais ou responsáveis.

III) o Ministério Público tem atribuição (legitimidade) para impetrar mandado de segurança na defesa de interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente.

IV) o Ministério Público tem atribuição para conceder remissão para suspender ou extinguir o processo.

V) a internação, como medida sócio-educativa aplicável às crianças e aos adolescentes, deve respeitar as garantias processuais devidamente previstas em lei.

São **CORRETAS** as afirmativas.

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) IV e V.
- e) V e I.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

68. Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o que dispõe a lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC:

- a) integram o grupo de Unidades de Proteção Integral as seguintes categorias de unidades de conservação: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental.
- b) o objetivo básico das Unidades de Conservação de Proteção Integral é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.
- c) em se tratando de unidade de conservação deve ser elaborado um Plano de Manejo que abranja a área correspondente à unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração econômica e social das comunidades vizinhas.
- d) restauração, segundo a definição estabelecida na lei citada, é a restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, diferente de sua condição original.
- e) a Estação Ecológica, como Unidade de Conservação de Proteção Integral, tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, sendo públicos a posse e o domínio de sua área. Havendo áreas particulares incluídas em seus limites deverão ser cedidas, a título gratuito, ao Poder Público, sendo esta uma das restrições legais ao direito de propriedade.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

69. Assinale a alternativa **CORRETA**:

a) nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, prevista na lei que trata dos Juizados Criminais Especiais, somente poderá ser formulada desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, de que trata a mesma lei (dos Juizados Criminais Especiais), salvo comprovada impossibilidade.

b) segundo o que dispõe o Código Florestal, nas florestas nativas ou plantadas, mesmo as não consideradas de preservação permanente, a extração de carvão de lenha e demais produtos florestais ou a fabricação de carvão dependem de norma estabelecida em ato do Poder Federal ou Estadual, em obediência a prescrições ditadas pela técnica e às peculiaridades locais.

c) a coisa tombada poderá ser reparada ou restaurada, mesmo sem autorização do órgão do patrimônio histórico e cultural competente, desde que seja comprovado o estado de necessidade de tal reparação ou restauração, não sofrendo por isto, o proprietário da coisa tombada, qualquer punição administrativa, penal ou civil, em razão da invocação de tal excludente de ilicitude.

d) o princípio do pacto federativo garante ao município disciplinar e aprovar qualquer loteamento ou desmembramento que se localize em sua área limítrofe, não havendo necessidade de manifestação do Estado, tendo em vista, ainda, que atividades desta natureza encontram-se inseridas em assuntos de interesse local, conforme preceitua a Constituição da República Federativa do Brasil.

e) o denominado “Estatuto da Cidade” impõe normas restritivas ao Direito de Propriedade em prol do Direito Coletivo, buscando pôr em prática a função social da propriedade, impondo ao imóvel urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, por meio de decreto municipal, com fixação de prazos e condições, a sua utilização compulsória, obedecendo aos requisitos previstos naquele estatuto.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

70. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) os órgãos públicos da administração direta e autárquica destinados à Defesa do Consumidor podem celebrar termos de ajustamento de condutas, que implicarão a promoção do arquivamento do processo administrativo, se instaurado, ao Conselho Superior do Ministério Público, segundo a legislação que regulamenta a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC.
- b) nos termos do Código de Defesa do Consumidor, nas ações civis públicas que tenham por objeto obrigação de fazer ou não fazer, o juiz converterá a obrigação em perdas e danos quando o réu optar pela conversão, comprovando que o pagamento da indenização é equivalente à realização da obrigação pretendida.
- c) na ação civil coletiva julgada procedente que tenha por objeto a defesa de direitos individuais homogêneos, após o trânsito em julgado, decorrido o prazo de um ano, sem habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano, o processo aguardará no arquivo, pelo prazo prescricional correspondente à obrigação devida.
- d) os fornecedores de produtos de consumo duráveis, no caso de vício de qualidade, que os tornem inadequados ao consumo, não sanado no prazo de 30 dias, poderão convencionar com o consumidor a ampliação deste prazo, desde que não seja superior a 180 dias e nos contratos de adesão, tal cláusula seja convencionada em separado, com manifestação expressa do consumidor.
- e) as infrações da ordem econômica, como a prevista no artigo 20 da Lei nº 8.884/94, que dispõe que os atos sob qualquer forma manifestados que tenham por objeto ou possam produzir efeitos como o de limitar ou falsear a livre concorrência ou a livre iniciativa, por sua própria natureza jurídica, para se configurarem, necessitam da comprovação do elemento subjetivo do tipo, ou seja, dolo ou culpa.

GABARITO

1	A
2	D
3	C
4	B
5	B
6	B
7	D
8	D
9	B
10	E
11	D
12	C
13	B
14	E
15	B
16	D
17	D
18	A
19	E
20	B
21	E
22	E
23	ANULADA
24	C
25	D
26	B
27	C
28	A
29	E
30	B
31	B
32	B
33	C
34	D
35	A

36	B
37	E
38	D
39	C
40	C
41	C
42	C
43	D
44	A
45	B
46	E
47	E
48	B
49	B
50	E
51	E
52	B
53	D
54	C
55	A
56	E
57	D
58	A
59	B
60	D
61	E
62	C
63	B
64	E
65	A
66	D
67	B
68	C
69	A
70	D